



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 182 / JULHO-AGOSTO 2017 / WWW.STML.PT



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 Eleições para os Corpos Gerentes do STML
- 4 A inauguração apressada do novo Quartel da Alta de Lisboa
- 12 Igualdade entre mulheres e homens com plano de acção
- 17 Remuneração dos portugueses diminui e pequeno ganho é “engolido” pelos impostos
- 19 Governo rejeita aumentos e “confunde-os” com descongelamento de carreiras
- 20 Pela independência e autonomia do Saara Ocidental



EDITORIAL

Meses quentes, problemas que se agravam porque não se vislumbram soluções céleres e concretas. Parece ser este o momento em que estamos. Da parte do Governo, as tão propagandeadas promessas de regularização dos cerca de 118 mil trabalhadores com vínculo precário na administração pública, parecem revelar uma natureza redutora, se considerarmos os 16 mil trabalhadores que até agora estão registados, face a regras de comissões burocratizadas e demasiado morosas, mais parecendo apontar uma ausência de intenção política do que propriamente uma vontade séria em solucionar a chaga da precariedade no setor público. Para a administração local desconhecem-se ainda quais os mecanismos a implementar, mas se tivermos como referência o que agora se passa na administração central, as perspetivas não são muito animadoras.

No plano do **descongelamento de carreiras**, avança o Governo na comunicação social soluções ambíguas e pouco transparentes muito antes de as debater com os Sindicatos da Frente Comum. Durante o mês de Julho iniciar-se-ão as reuniões sobre esta matéria, emergindo um chavão que à partida poderá condicionar eventuais resultados, nomeadamente a ideia de descongelamentos faseados a partir de 2018. Como (?), para quem (?) e qual o tempo concreto na sua execução(?), são as dúvidas que queremos ver esclarecidas. Os objetivos e as exigências principais da FCSAP são simples e de todos conhecidas: descongelamento imediato para todos os trabalhadores em condições para tal, face ao número de pontos atribuídos por esse famigerado SIADAP.

Na Câmara Municipal de Lisboa, sucedem-se as reuniões de trabalho e negociação com vista à resolução de inúmeros problemas que, para além de condicionar os respetivos trabalhadores, coloca sérios entraves a um serviço público de qualidade. Na **Limpeza Urbana** continua a ser evidente a falta de meios mecânicos adequados, associado à falta de pessoal que nestes meses, tipicamente de férias aliado à sobrecarga das festas da cidade e dos santos populares, revela dimensões preocupantes. Aos trabalhadores é-lhes exigido fazer duplo e triplo trabalho, aumentando a probabilidade de acidentes, já para não falar do agravamento das doenças profissionais, estejam elas identificadas como tal ou não.

Anunciado neste contexto com pompa e circunstância pelo Executivo Municipal, a **abertura de concursos públicos** para admissão de pessoal. Decisão positiva, é certo, mas ainda insuficiente. O que se repete há muitos meses é a intenção em delinear um plano anual de contratação que impeça objetivamente o que se está a verificar nos setores profissionais mais depauperados, isto é, a invenção mais ou menos criativa de horários de trabalho que procuram mascarar a carência profunda de trabalhadores.

Nas Juntas de Freguesia, avançamos na conclusão e entrega dos **Cadernos Reivindicativos** como instrumentos de trabalho, proposta, mas também de luta, desenganem-se os mais distraídos. Objetivamos sem ambiguidades a resolução dos problemas que afetam os trabalhadores que este sindicato representa.

No cômputo das empresas municipais, parece termos chegado à fase final na celebração do **AE com a GEBALIS**, mas o ónus de uma solução de acordo com a vontade dos trabalhadores reside agora, em exclusivo, no Concelho de Administração da empresa. Na EGEAC, muitos foram os problemas finalmente resolvidos, outros continuam porém a merecer uma atenção especial, quer dos trabalhadores, quer do STML. Não desarmar é portanto uma questão central.

A quem vai de férias, a Direção recém-eleita do STML deseja um merecido descanso.

o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 182 / JULHO-AGOSTO 2017

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis **Corpo Redactorial** Luís Dias, Paula Correia, Paula Lourenço, Ema Cruz, Tiago Lopes e José Malhadas

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/5/8

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus
Grupo Lusófona
Instituto Superior de Educação e Ciências
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros
Millenium BCP

TURISMO

Campiférias
Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela
Viagens Falcon

TELECOMUNICAÇÕES

NOS
Vodafone

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho
Cartão BP Plus
Escola de Condução ENAL
Lancaster College – Escola de Línguas
Mind Project



Eleições para os Corpos Gerentes do STML, quadriénio 2017-2021

Realizaram-se nos dias 30 e 31 de Maio, as eleições para os Corpos Gerentes do STML para o quadriénio de 2017-2021. Nestas eleições votaram 824 associados, tendo concorrido uma única Lista (A) que obteve 97% dos votos expressos nas urnas.

Desde já enviamos uma saudação especial a todos os associados que participaram nestas eleições, exercendo o seu direito de voto, mas também a todos os que participaram no processo eleitoral, fazendo parte das 32 mesas de voto e escrutínio dos resultados, incluindo aqui os trabalhadores do STML, na preparação e acompanhamento de todo o processo. No ano em que se assinala o 40º aniversário desta estrutura sindical, deve-se realçar este marco importante que é a eleição dos Corpos Gerentes que vão dirigir o sindicato nos próximos 4 anos.

Os elementos que constituíram a Lista A desenvolveram durante duas semanas a campanha eleitoral, divulgando o programa eleitoral e a apresentação da Lista em mais de 250 locais de trabalho. Fomos a todos os locais de trabalho da CML, nos diversos horários, a todos os locais de trabalho das Empresas Municipais, EGEAC e GEBALIS, e aos locais de trabalho das 24 Juntas de Freguesia, onde temos associados, nomeadamente postos da limpeza urbana, equipamentos desportivos, bibliotecas, mercados, jardins-de-infância dos agrupamentos escolares, sedes e pólos de atendimento.

Esta campanha serviu não só para divulgação e apresentação da Lista candidata, mas principalmente para ouvir as reivindicações dos trabalhadores, desde as condições de Saúde

e Segurança no Trabalho, aos salários e carreiras. Esta é uma característica intrínseca do STML, estar presente nos locais de trabalho, ouvindo os trabalhadores de forma a melhor poder organizar a sua luta na defesa, reposição e conquista de direitos.

A dia 7 de Junho os novos Corpos Gerentes tomaram posse. A cerimónia teve lugar na sede do STML e estiveram presentes em representação da CGTP-IN, Gracite Cruz, membro da sua Comissão Executiva, e Jorge Antunes, em representação da União dos Sindicatos de Lisboa, tendo o STML recebido ainda as saudações de várias estruturas do Movimento Sindical Unitário. Nesse mesmo dia reuniram pela 1ª vez os novos Corpos Gerentes, tendo como objectivo principal, a composição dos Departamentos e Áreas de Trabalho.

Todos os agora eleitos, estão conscientes da responsabilidade que assumem perante os associados do STML e dos trabalhadores em geral, sabemos que os próximos quatro anos trarão novos e complexos desafios. No entanto, por mais difíceis que sejam os problemas que encontrarmos, saberemos encontrar as melhores respostas, trabalhando colectivamente. Uma capacidade sustentada na vontade, força e unidade dos trabalhadores que representamos, na Câmara Municipal, Juntas de Freguesia ou Empresas Municipais.

Iniciamos estes quatro anos com coragem e confiança, tendo como principais compromissos a defesa e conquista dos direitos trabalhadores e a defesa dos serviços públicos em geral, e da cidade de Lisboa em particular.



Os episódios em torno da inauguração apressada do novo Quartel da Alta de Lisboa

Passado que está mais de um ano desde o posicionamento do STML relativamente à reorganização operacional ocorrida no Regimento de Sapadores Bombeiros (a 1 de Abril). Processo que motivou o pronunciamento pela 8ª Comissão Permanente – Mobilidade e Segurança, onde em relatório datado de Outubro de 2016, foram emanadas recomendações ao Executivo liderado por Fernando Medina, com responsabilidades directas ao Sr. Vereador Carlos Castro, facilmente se poderá constatar que na prática pouco ou nada se alterou na realidade do RSB, limitando-se os actuais responsáveis políticos a algumas operações de cosmética.

Relembramos alguns pontos importantes do referido relatório: «(...) a zona norte, ao ter ficado desguarnecida de quartéis, foi alvo de uma importante lacuna na capacidade de resposta por parte do serviço de socorro, (...) sendo a localização geográfica dos quartéis do RSB no território da cidade fundamental para garantir a rapidez da prestação de cuidados de socorro. Assim, para resolver este problema, a CML já deu início à construção de um novo equipamento no Alto do Lumiar, o que se reputa de positivo».

Após a entrega, por parte do empreiteiro da obra, há perto de seis meses, ninguém sabia quando é que aquele quartel, de tão importante localização estratégica, iria ser inaugurado. No início do mês de Junho o senhor Vereador recorreu ao “facebook” para informar em “primeira mão” que no dia 16 de junho de 2017, iria ser inaugurado o novo quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros, na Alta de Lisboa.

Até aqui não se vislumbra nada de anormal, não fora o pormenor ou “pormenor”, de que ninguém no Regimento de Sapadores Bombeiros estava informado dessa situação, nem o próprio Comandante o foi com a devida antecedência face a uma importante e aguardada decisão, também uma das várias recomendações da 8ª Comissão Permanente.

Foi só em vésperas da inauguração que, à pressa, se ultimaram algumas situações, como a colocação de mobiliário (obsoleto) para as camaratas, ou a preparação do veículo de combate a incêndios (VUCI), uma vez que se trata de um veículo com cerca de 20 anos. Neste momento ainda não existe sequer um refeitório onde os bombeiros possam fazer as suas refeições. Acresce, negativamente, a situação da colocação dos bombeiros no novo quartel, não obedecer a qualquer critério de justiça e de transparência. Neste campo, muito poucos bombeiros, ou nenhum, souberam qual o critério que foi utilizado para a escolha do pessoal.

Na realidade o Sr. Vereador Carlos Castro não está a inovar na forma de fazer política. Parece sim, alimentar a velha prática propagandística de muito querer publicitar o que ainda não deveria ser publicitado. As pressas sempre foram más conselheiras e, em ano de eleições, voltamos a ver e ouvir mais do mesmo.

O que exigimos da CML é respeito pelos direitos e interesses dos Sapadores Bombeiros, garantindo-lhes condições dignas de trabalho de forma a permitir um socorro eficaz e de qualidade junto da população e cidade de Lisboa.

Remoção de Resíduos Sólidos na cidade revela a precariedade de um sector carente de pessoal



Com a chegada do verão e das merecidas férias, observa-se, como é natural, a redução de trabalhadores efectivos ao serviço. Se no decorrer dos últimos anos já tínhamos sentido uma total eliminação do reforço dos circuitos, esta situação agravou-se ainda mais com a falta de pessoal nos quadros da CML (mesmo a entrada de pessoal através do recente concurso não foi suficiente para colmatar as carências efectivas).

Continuamos a assistir à eliminação, redução ou reinvenção de circuitos por não haver cantoneiros suficientes para responder às necessidades actuais. Em alguns casos são realizados dois circuitos pelo mesmo pessoal, ultrapassando muitas vezes os horários de trabalho para além do determinado legalmente.

O modelo de recolha de resíduos sólidos foi completamente reestruturado nos últimos anos. A título de exemplo, uma recolha não selectiva passou para uma recolha quase totalmente selectiva. Hoje realizam-se circuitos de vidro, cartão, embalagens, orgânicos e indiferenciados, condição que apesar de ser a mais correta, veio agravar a carga horária dos trabalhadores, uma vez que em termos de dias de recolha, a Câmara Municipal garante a recolha em 7 dias da semana, inclusive feriados.

Soma-se, cada vez mais, a criação de serviços em trabalho extraordinário, às vezes impostos por de trás de um pretenso 'regime voluntarista', justificado pelo aumento do número de arraiais, eventos desportivos e culturais que não dispõem do apoio dos trabalhadores da limpeza urbana. A cidade é dinâmica, sempre necessitada de avaliações e reavaliações que na prática permitam a execução de um serviço público de qualidade. Porém, tal deve implicar simultaneamente o reforço em meios humanos, materiais e mecânicos que acompanhe essa mesma dinâmica. Constatar e valorizar apenas uma parte, desvalorizando a outra, é sinónimo de resultados que todos sabemos serem demasiado negativos e como tal inaceitáveis.

Por outro lado, a contínua deslocação de cantoneiros para a Garagem de Remoção (Olivais 3), embora venha colmatar algumas lacunas no sector dos condutores (CMPVE), vem criar acrescidos problemas nos Postos de Limpeza, uma vez que esses trabalhadores continuam a pertencer ao Mapa de Pessoal enquanto cantoneiros.

Como já afirmámos publicamente em reuniões com o Executivo e Chefiãs da DMHU, assunto referido noutras páginas deste Boletim, trata-se de uma situação para a qual o STML tem sistematicamente reivindicado no sentido de consolidar a mobilidade intracategorias destes trabalhadores (de Cantoneiro para CMPVE). Feita esta consolidação, liberta-se do Mapa de Pessoal as vagas necessárias de forma a serem ocupadas pelos trabalhadores que ficaram em reserva de recrutamento no último concurso de cantoneiros, reforçando assim efectivamente o sector operacional da remoção, hoje claramente fragilizado em termos humanos.

Por último, relembramos que a escassez de meios mecânicos em nada vem ajudar as limitações até agora relatadas. Desde carros avariados à falta de equipamentos adequados, tudo contribui para um péssimo serviço público. Neste plano e apenas como exemplo, a aquisição de viaturas para a recolha de tamanho intermédio é uma necessidade urgente, uma vez que são carros mais pequenos, mais adequados para certas zonas da cidade, sem perder todavia capacidade de carga.

O STML continuará a reivindicar o preenchimento do Mapa de Pessoal através de concursos públicos, além da necessidade célere pela aquisição de meios mecânicos que devem ser precedidos de consultas aos trabalhadores, já que são eles que, todos os dias, efetivamente trabalham com estes meios. São eles portanto, os melhores especialistas no tipo de meios a adquirir, evitando por esta via a repetição de práticas que em nada resolvem os problemas da CML no campo da remoção, para não falar do desrespeito pelo erário público.

Dos Cadernos Reivindicativos nas Juntas de Freguesia

Durante os últimos meses foi finalmente possível concluir os Cadernos Reivindicativos correspondentes às Juntas de Freguesia de São Vicente, Penha de França, Campo de Ourique e Estrela.

Entregue formalmente a 23 de Junho à Presidente da Junta da Penha de França as reivindicações dos respectivos trabalhadores, está neste momento o Sindicato a aguardar respostas para agendamento de reunião com os Executivos das restantes Freguesias.

Temos assim dezassete Juntas onde estes importantes instrumentos de trabalho, de reivindicação e proposta, deverão abrir campo à resolução dos inúmeros problemas que afectam os trabalhadores, nos seus direitos, condições de trabalho e expectativas em relação ao futuro.

Referimo-nos por exemplo à necessidade urgente em abrir concursos públicos de admissão de pessoal com vista à resolução da situação laboral dos trabalhadores que, desempenhando tarefas de carácter permanente, mantêm um vínculo de trabalho precário, os famigerados falsos recibos-verdes, entre outras situações mais habilidosas mas não menos criticáveis. Desde já valorizamos a vontade política expressa nas Juntas de Benfica, Lumiar, Olivais e Carnide pelo caminho do combate real à precariedade. Esperemos que outros Executivos sigam o mesmo caminho, não esperando por uma qualquer decisão do Governo, que tarda em se conhecer ainda quais os seus contornos e quem poderá abranger. Relembramos que as autarquias têm autonomia e independência total e, como tal suficiente, para solucionar pelos seus próprios meios o flagelo da precariedade, seja essa a sua vontade real, à margem dos discursos bem-intencionados mas privados de consequência.

Mas outros problemas parecem ser transversais, não a todas as freguesias, mas a uma parte considerável, concretamente

o não pagamento da média do trabalho extraordinário aos trabalhadores acidentados. Aparentemente, perto de 55% dos Presidentes de Juntas da cidade de Lisboa não revelam qualquer sensibilidade política face à situação de um trabalhador acidentado, prejudicando-o dupla e por vezes triplamente, se associarmos aqui os serviços privados da Medicina do Trabalho que desrespeitam ignobilmente a prevenção, o tratamento e a sua reintegração. O STML continuará a exigir que este problema seja resolvido com justiça e equidade, face a uma decisão que é de todo exequível, aliás como o demonstram cabalmente os pareceres jurídicos, quer do próprio Sindicato, mas também da ANAFRE.

Importamos ainda a necessidade de as Juntas avançarem e concluírem os respectivos processos de avaliação (SIADAP), indissociável das negociações com o Governo (com a Frente Comum que o STML integra) sobre o possível descongelamento em 2018 das progressões na carreira. Os trabalhadores devem, por este motivo, ter os pontos de todas as suas avaliações até ao final deste ano, obrigatoriamente!

No plano das condições de trabalho, são já demasiadas as Freguesias que arrastam as decisões em solucionar os problemas com equipamentos e/ou instalações. Em muitos casos, estamos perante realidades que são uma verdadeira afronta à dignidade dos trabalhadores, que mais parecem não existirem para os respectivos Presidentes de Junta. Além da questão da degradação funcional do próprio serviço público, despreza-se as condições de saúde, higiene e segurança no trabalho. Ao Sindicato não restará outra alternativa, nos casos que há demasiado tempo se arrastam, em apresentar queixa à ACT.



Reunião com a Junta de Freguesia da Misericórdia

Considerando os problemas reportados nos últimos meses ao Sindicato pelos trabalhadores da limpeza urbana, concretamente sobre o horário de trabalho das 16h00 às 22h00 (serviço 'Alerta'), realizou-se a 8 de Junho uma reunião com a responsável dos Recursos Humanos, a Dra. Ana Paula Pimentel e pelo Encarregado Geral deste sector, o Sr. João Carvalho.

Sobre este assunto, consubstanciando a sua excepcionalidade e o regime de voluntariado associado, o STML questionou sobre o porquê de existir uma 'escala', sinónimo de obrigatoriedade. Obviamente, para o Sindicato, não se pode impor um horário de trabalho, instituindo-o, sem que o mesmo seja debatido previamente com os trabalhadores. Só depois de o processo estar concluído, se poderá falar num horário de trabalho oficial. A Junta ficou de enviar uma proposta que reponha a legalidade neste caso, respondendo paralelamente às necessidades do serviço da freguesia. Devemos referir que, até ao momento, essa 'proposta' ainda não foi recepcionada no Sindicato. Outros assuntos foram debatidos dos quais demos conta oportunamente aos trabalhadores desta freguesia, destacando, pela sua importância, a decisão efectuada pela consolidação das mobilidades nas três carreiras actualmente existentes.

Reunião com a Junta de Freguesia da Penha de França

Como referido, foi entregue a 23 de Junho o Caderno Reivindicativo ao Executivo liderado pela Presidente Sofia Oliveira Dias. Muitos foram os problemas abordados, entre eles a resolução da situação laboral de todos os trabalhadores a recibos-verdes (CPS), matéria sobre a qual o Executivo poderá abrir concursos públicos apenas para depois das eleições de Outubro.

No âmbito do SIADAP, concluíram o processo referente ao biénio de 2013-2014, estando em vias de desfecho o correspondente ao período de 2015-2016, após o qual iniciarão a avaliação de 2017-2018.

Nesta Freguesia, está a cumprir-se o rácio de auxiliares de acção educativa por sala e número de crianças, nomeadamente de uma trabalhadora por sala. Equacionam também adquirir fardamento adequado para as respectivas trabalhadoras.

Reunião com a DLU

Em encontro agendado com as Chefiãs da Divisão de Limpeza Urbana, o STML reuniu com a Eng^a Rita Lucas a 16 de Maio em que, uma vez mais, colocou inúmeros problemas que teimam em ser resolvidos.

Referimo-nos ao estado da frota que se tem vindo a degradar indesmentivelmente ou a quantidade crescente de lixo que os trabalhadores retiram em determinados circuitos, sem o adequado reforço de pessoal. Mas também à imposição de novos vários horários de trabalho, mesmo que revelando uma natureza supostamente temporária, em determinados postos de limpeza, sem consulta prévia ao Sindicato.

A carência de trabalhadores é também um elemento demasiado visível nesta altura do ano, quando as férias se impõem como legítimo direito. À margem de uma maior ou menor simpatia por parte dos actuais responsáveis da CML face às questões colocadas pelo STML, o que se exige são respostas concretas que dignifiquem trabalhadores e os serviços públicos que corporizam, respeitando assim, também, os interesses da população de Lisboa. Para Julho, ficou agendada nova reunião com a DLU da qual daremos conta oportunamente.

Todavia, não podemos deixar em branco algumas das referidas evidências que diariamente transtornam os trabalhadores. Além dos circuitos que têm que fazer, são muitas vezes impedidos a fazer outros que ficam por fazer, materializando uma espécie de dupla jornada de trabalho, pelos motivos já aqui observados. Se o lixo desaparece das ruas da cidade, alguém o faz 'desaparecer', interessa contudo perceber a forma como o fazem. Metodologias de trabalho que escondem, no essencial, a falta de pessoal. A entrada de cantoneiros nos últimos anos têm sido importante, mas ainda muito longe das reais necessidades de um serviço público que deve abranger toda uma cidade de particularidades únicas como todos sabemos.

Cabrá aos trabalhadores da Limpeza Urbana unirem-se e serem os primeiros a colocar um travão nos abusos a que são sujeitos. O STML cá estará para os defender das arbitrariedades que demasiadas vezes são apanágio de quem julga ter o 'rei na barriga' e não olha a meios para atingir os seus fins, mesmo que tal implique colocar em risco a saúde e integridade física de outros. Como muitas vezes afirmamos, a melhor forma de defender os nossos direitos é exercendo-os. Sem tibiezas, medos ou receios.



Greve e licença de parentalidade na majoração das férias

No seguimento da reivindicação do STML que durava há vários anos, e da reunião que teve lugar no dia 30 de Junho de 2015, na qual a EGEAC se comprometeu a não penalizar a majoração dos trabalhadores que exerceram o seu direito de greve e/ou gozo da licença de parentalidade durante o ano civil de 2016, foi-nos reiterada a intenção de cumprimento desta medida. Como tal, a EGEAC ficou de apresentar uma proposta que formalize a irrelevância da ausência por greve e/ou licença de parentalidade para efeitos de compensação por assiduidade, enquanto a DGRH ficou de efectuar o levantamento destas ausências no ano 2016 e fazer reanálise das compensações por assiduidade a gozar ainda em 2017. Ideia assumida plenamente na reunião de 5 de Julho, da qual demos conta através de comunicado próprio.

Subsídio de Refeição

No seguimento do comunicado que a EGEAC enviou a todos os trabalhadores, no qual informa que o pagamento do subsídio de refeição passaria a ser exclusivamente sob a forma de cartão de refeição, deixando a hipótese de numerário apenas para casos excepcionais e devidamente fundamentados, o STML manifestou o desacordo perante tal medida. Valorizamos contudo o facto de finalmente todos os trabalhadores auferirem o mesmo montante, acabando assim com a injustiça que se arrastou durante anos.

Outras matérias foram debatidas na reunião de Julho, passíveis de serem consultadas através da página da internet do STML. Para Agosto, está agendada a próxima reunião com a empresa.

Trabalhadores da GEBALIS exigem celebração do Acordo de Empresa

Após 22 anos, os cerca de 200 trabalhadores da GEBALIS, empresa que gere todos os bairros municipais de Lisboa com renda apoiada e convencionada, esperam com muita ansiedade o dia em que irá ser assinado o seu Acordo de Empresa (AE). As direcções do STML e do STAL iniciaram, já em 2016, as negociações com o Conselho de Administração (CA) da GEBALIS para a celebração do respectivo AE. Os trabalhadores da empresa municipal esperam que, desta forma, lhes seja feita justiça, após anos de estagnação salarial e sem progressão nas carreiras.

Nos diversos plenários e encontros entretanto ocorridos, o STML tem verificado que os trabalhadores da GEBALIS estão bem cientes da importância de estarem unidos, organizados e imbuídos de um espírito interventivo, pois sabem que isso é essencial para a resolução dos problemas que se acumularam em mais de duas décadas de existência da empresa. Tal espírito esteve bem patente no último plenário de trabalhadores, realizado a 9 de Maio, onde foi esmiuçada a proposta do CA para as tabelas salariais e o modo de transição para as mesmas. As contrapropostas dos trabalhadores foram entretanto apresentadas ao CA.

No passado mês de Junho, foi realizada mais uma reunião negocial entre os sindicatos e o CA da empresa municipal. Na mesma foram abordados, mais uma vez, os pontos considerados fundamentais para os trabalhadores que, ao longo deste percurso, têm demonstrado um grande envolvimento no processo, pelo que, exigem agora a sua conclusão sem mais demoras. Para 7 de Julho está prevista mais uma ronda de negociações.

Com a força já demonstrada pelo colectivo de trabalhadores da GEBALIS, o STML e STAL irão fazer tudo para que, antes das próximas eleições autárquicas, seja celebrado o AE em causa. Trata-se de um instrumento da maior importância, na medida em que é orientado para uma boa prática de concertação social, fundamental para o bom funcionamento da GEBALIS, aumentando os níveis de eficiência e eficácia desta, incluindo a humanização dos serviços na sua relação com os munícipes, garantindo, ainda, direitos, evolução profissional e outras condições aos trabalhadores da GEBALIS.



Concretizou-se a terceira reunião sobre Profissões de Desgaste Rápido do grupo de trabalho STML/CML.

A 1 de Junho realizou-se a terceira reunião sobre esta temática de capital importância para os trabalhadores do município de Lisboa.

Da iniciativa original do STML, fomos avançando rumo ao objectivo final proposto. Relembramos que a ideia central passa por apresentar uma proposta junto da Assembleia da República que regulamente, na óptica dos interesses dos trabalhadores, uma realidade que há muito extravasou os sectores operacionais, não negando, porém, as consequências negativas e mais evidentes nestas áreas profissionais, em termos de saúde e integridade física dos homens e mulheres que corporizam os actuais serviços públicos municipais.

As doenças profissionais e os acidentes de trabalho foram assunto de discussão, propondo a CML, através do DSHS, a constituição de um grupo de trabalho mais técnico, fazendo parte a Faculdade de Medicina, a Escola de Saúde Pública, a Faculdade de Motricidade Humana e o Departamento de Protecção de Riscos Profissionais da Segurança Social.

Das orientações e objetivos dos trabalhos a desenvolver manter-se-iam os elementos da CML/DSHS e do STML que coordenarão em termos mais políticos e sindicais este grupo mais técnico.

O STML concordou com a proposta da CML, objectivando também a ideia de identificar e alargar o campo das doenças profissionais reconhecidas, considerando as realidades que hoje enformam os trabalhadores dos mais diversos sectores e carreiras profissionais.

Para o mês de Julho ficou estabelecido definir as orientações e metodologias de trabalho a apresentar ao Grupo Técnico, do qual também fará parte um representante do Sindicato e do DSHS.

No contexto político-sindical, o STML não deixará de contribuir para uma solução que salvguarde os interesses dos trabalhadores, recordando que também no campo da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública esta temática é intensamente debatida e reivindicada junto do Governo. Será todavia, no imediato, a conjugação do trabalho conjunto com a CML que nos absorverá face à realidade concreta que melhor conhecemos, isto é, a que diz respeito aos trabalhadores da limpeza urbana, dos jardins, refeitórios, cemitérios, oficinas, brigadas de calceteiros, colectores e LxAlerta, mas também dos edifícios municipais e sectores administrativos onde pontificam os técnicos e técnicos superiores das mais variadas áreas.

Não podemos ignorar que muita da actual organização e execução do trabalho, no seu conceito e natureza, integrando aqui o campo das suas multivariadas funções e objectivos, importam cada vez mais a forma que no tempo e no espaço determinam as condições em que o mesmo é realizado. Defender os trabalhadores, tanto no presente como no futuro, será o propósito maior do STML. Daremos conta do evoluir dos trabalhos que em conjunto aprofundamos com a CML. Esperando que a bom porto cheguemos, com uma proposta concreta, fundamentada e conhecedora da realidade. Procuraremos torná-la pública perante todos os partidos políticos com assento no Parlamento, dando azo a iniciativas legislativas que, de uma vez por todas, defendam os interesses de quem faz dos serviços públicos realidades inalienáveis das populações.

Reuniões com a CML, de 1 e 27 de Junho



O STML reuniu com a Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH), no passado dia 1 de Junho, em que estiveram presentes a Directora Municipal e o Director de Departamento.

Nesta reunião foram discutidos assuntos relacionados com a consolidação das mobilidades intercarreiras e intercategorias, que são abordados noutra artigo. Quanto às mobilidades intercategorias, no que concerne à Limpeza Urbana, nomeadamente para Encarregado Operacional, o STML frisou a necessidade de continuar a percorrer a lista resultante do processo de selecção ocorrido, chamando para ocupar as vagas os trabalhadores classificados, evitando a prática da nomeação de “arvorados”.

Outra situação que temos vindo a levantar com insistência, é a consolidação da mobilidade intracategorias dos trabalhadores cantoneiros que desempenham funções de CMPVE na Garagem dos Olivais 3, guardas ou nos acolhimentos de diversos serviços. No momento em que escrevemos este artigo, temos conhecimento que a DMHU já enviou aos RH, a listagem dos cantoneiros colocados na garagem, estando a ultimar as restantes situações. Esta resolução permite continuar a preencher as vagas libertadas com os trabalhadores que estão na reserva de recrutamento do concurso de cantoneiros.

Fazendo o balanço dos concursos de admissão para Assistentes Operacionais agora terminados, no de cantoneiros já entraram cerca de 260 trabalhadores. No de coveiros, entrarão brevemente 15 e no de tratadores apanhadores 11 trabalhadores. O STML tem insistido com veemência na abertura de concursos de admissão generalizados para suprir as necessidades da CML.

Na reunião com o Vereador dos Recursos Humanos e Finanças a 27 de Junho, fomos informados sobre a abertura de 19 procedimentos, sendo 13 para Técnico Superior de diversas áreas, para Assistente Técnico da área do desporto e para Assistente Operacional (calceteiro, CMPVE, electricista, jardineiro, mecânico e pedreiro).

Nesta reunião, foram também abordado o pagamento de diversos suplementos em falta, como o abono para falhas a trabalhadores que manuseiam numerário, ou o pagamento correto do suplemento de turno a trabalhadores da SG e da DMEVAE. Por outro lado, a DMRH está a analisar o pedido de atribuição do subsídio de insalubridade, penosidade e risco aos condutores das Garagens os Olivais 2 do DRMM. O mesmo se passa com os electricistas da DIP e da DEMIEM (que inclusive motivou um abaixo-assinado nesse sentido).



Sobre a avaliação SIADAP, o Sindicato manifestou a necessidade de serem atribuídos os respetivos pontos a todos os trabalhadores, não só para futuros descongelamentos de progressões, mas também para a majoração das férias contempladas no ACEP assinado entre a CML e o STML. Os Recursos Humanos garantem que todas as avaliações estarão homologadas em tempo útil, assim como a informação sobre os pontos acumulados no âmbito do SIADAP, estará disponível para quem a solicitar.

Quanto a condições de Saúde e Segurança no Trabalho, manifestámos preocupação em relação ao Edifício do Entrepasto, devido à falta de conhecimento dos resultados dos testes de ruído, qualidade do ar e climatização efectuados, assim como as condições de limpeza das instalações. Foi-nos transmitido que a CML está à procura de soluções para estes problemas com o novo dono do Edifício (um Fundo Imobiliário Americano). Para o STML não é compreensível o prolongamento destes problemas.

Sobre a ausência de equipamentos de ar condicionado no refeitório dos Olivais 2, referem que equacionam instalar um sistema AVAC. Contudo, antevendo-se a possibilidade de a médio-longo prazo uma intervenção mais estruturante neste equipamento, não irão avançar para já com qualquer decisão que solucione o problema do intenso calor que se tem feito sentir neste local.

Sobre os Julgados de Paz, demonstraram (uma vez mais) a intenção do Vereador visitar o local. É urgente encontrar instalações dignas para a instalação destes serviços. Sobre o SMPC, recentemente transferido da Praça de Espanha para a Cruz das Oliveiras, estão a proceder a melhorias, tendo nesta data iniciado a instalação de vigilância através duma empresa de 24/24 horas. Outros problemas urgem resolver, como a iluminação de toda a área exterior, a instalação de um balneário/vestiário, entre outros, situações que continuaremos a acompanhar.

Quanto ao processo envolvendo as mudanças da DSHS (Medicina do Trabalho), ainda não foi decidido qual o futuro local para onde serão instalados os serviços. Segundo informação do Sr. Vereador, estão em equação dois espaços, mas até agora nenhuma decisão foi assumida em termos definitivos.



Igualdade entre mulheres e homens com plano de acção

Realizou-se, no passado dia 2 de Junho, a 7.ª Conferência Nacional da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH/CGTP-IN), durante a qual foi apresentado o correspondente plano de acção para os próximos 4 anos. O mesmo decorre, recorde-se, das linhas de trabalho estratégicas do Programa de Acção aprovado no XIII Congresso da CGTP-IN, que teve lugar em Fevereiro de 2016.

O plano de acção da CIMH/CGTP-IN para o período 2017-2021, dado a conhecer na última Conferência Nacional, está suportado na necessidade de evolução da situação das mulheres trabalhadoras e incorporou a rica experiência de luta dos trabalhadores do movimento sindical de classe da CGTP-IN e dos seus Sindicatos.

Neste dia de trabalho dedicado à igualdade entre mulheres e homens, foi destacado que importa dar continuidade à dinamização e aprofundamento do papel da CIMH na coordenação, acompanhamento e incentivo à constituição e funcionamento da organização sindical. Isto através da realização de iniciativas próprias que promovam a divulgação e o exercício dos direitos, assim como da denúncia das discriminações e do reforço da luta organizada das trabalhadoras.

Seguindo esta linha de pensamento e acção, foram definidas as seguintes áreas prioritárias de intervenção:

- A participação das trabalhadoras e o reforço do papel da organização sindical específica;
- A luta pelo direito ao trabalho e à segurança no emprego;
- A valorização dos salários e a igualdade salarial entre mulheres e homens;

- A organização do tempo de trabalho e o direito à conciliação com a vida familiar e pessoal;
- A melhoria e dignificação das condições de trabalho, no âmbito da função social da maternidade e da paternidade e a efectivação dos seus direitos; do combate à repressão e eliminação do assédio/tortura psicológica no trabalho; e da luta contra a intensificação dos ritmos de trabalho, a prevenção e o combate à sinistralidade e às doenças profissionais das trabalhadoras.

O objectivo central definido foi o de se poder contribuir para aprofundar e alargar, a todos os níveis, a intervenção sindical, articulando o tratamento das questões específicas das trabalhadoras com a acção sindical geral. Ajudando, deste modo, na luta por uma política global de igualdade, numa lógica de progresso social, no trabalho, acesso ao emprego e à profissão, com a efectivação dos direitos legais e contratuais, no âmbito dos objectivos e da luta mais geral da CGTP-IN.

Dentro das linhas de intervenção definidas que resultaram deste encontro, destacam-se a edição do Guia Sindical para a Igualdade entre Mulheres e Homens, a realização de iniciativa específica dirigida às mulheres trabalhadoras, sob o lema “Não corras riscos: sindicaliza-te!”, e a realização de acções de sensibilização sobre a temática das doenças profissionais.

Para a Direcção da CIMH/CGTP-IN foi também eleita a Dirigente do STML, Helena Costa, patenteado também a importância que o nosso Sindicato dá a esta frente de trabalho e aos objetivos que procura alcançar.

Manifestação da CGTP-IN de 3 de Junho no Dia Nacional de Luta “Unidos pela valorização do trabalho e dos trabalhadores!”



A CGTP-IN realizou no passado dia 3 de Junho, duas manifestações em Lisboa e no Porto, inseridas no Dia Nacional de Luta e com o lema “Unidos pela valorização do trabalho e dos trabalhadores!”.

Nesta jornada de luta nacional a CGTP-IN contou com a participação de milhares de trabalhadores, de todo o país, que unidos desfilaram em Lisboa desde a Rotunda do Marquês de Pombal, descendo a Avenida da Liberdade até aos Restauradores e, no Porto, da Praça do Campo 24 de Agosto para a Estação de São Bento. Os manifestantes reclamaram, entre outras reivindicações, aumentos salariais, a actualização do Salário Mínimo Nacional ou a reposição dos 65 anos como idade legal da reforma.

Esta foi a primeira grande manifestação nacional que o Governo PS de António Costa enfrentou. Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP-IN, discursou na Praça dos Restauradores, afirmando que “as manifestações deste sábado servirão para o executivo perceber que tem de ir de encontro aos pedidos dos trabalhadores, pois começa a haver o sentimento de que o Governo está a ficar acomodado ao poder, perante dados estatísticos favoráveis sobre a economia e sondagens positivas para o PS, e que perde força para responder aos trabalhadores”.

O líder da CGTP-IN considerou que os trabalhadores conseguiram melhorias na sua vida com este Governo, mas que ainda persiste “a legislação laboral da troika” e apelou a todos os participantes nesta manifestação para fortalecerem a acção e a luta reivindicativa nas empresas, nos serviços, nos locais de trabalho e na rua, entre outras exigências, nomeadamente:

Pelo aumento geral dos salários, contra a desregulação dos horários de trabalho, sejam adaptabilidades, bancos de horas ou horários concentrados, pelas 35 horas de trabalho semanal para todos e horários que conciliem o trabalho com a vida pessoal e familiar dos trabalhadores;

Pelo emprego com direitos e o fim da precariedade exigindo-se que cada posto de trabalho permanente seja ocupado por trabalhador com vínculo efectivo;

Pelo desbloqueamento das progressões nas carreiras profissionais para todos já em 2018. Pelo aumento de salários e reposição dos vínculos por nomeação, por forma a valorizar os trabalhadores da Administração Pública, defender os Serviços Públicos, o Poder Local Democrático e as Funções Sociais do Estado, na Saúde, na Educação, na Segurança Social, na Justiça e Cultura;

Pela revogação das medidas relativas ao aumento da idade de reforma e pela reposição da idade de acesso legal à reforma para os 65 anos;

Pelo fim dos factores de penalização das longas carreiras contributivas e pela defesa de um regime de antecipação da idade legal da reforma, voluntário para os trabalhadores, que tenha como base a duração da carreira contributiva igual ou superior a 40 anos, independentemente da idade e sem penalização.

O STML, também contou com a participação de muitos trabalhadores do município de Lisboa nesta jornada de luta nacional e irá continuar a acção e a luta reivindicativa pela valorização do trabalho, dos seus direitos e rendimentos.



Reuniões da FCSAP com o Governo PREVPAP e descongelamento de carreiras

Têm vindo a decorrer reuniões entre o Governo e as estruturas sindicais, nas quais a Frente Comum (FCSAP), no âmbito do Programa de Regularização Extraordinário dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). A última reunião decorreu no dia 28 de Junho, estando presentes por parte do governo, a Secretária de Estado da Administração e Emprego Público (SEAEP) e o Secretário de Estado do Emprego, que apresentaram os princípios gerais da proposta de lei, que dará entrada na Assembleia da República.

O combate com vista à erradicação da precariedade nas relações laborais é uma prioridade de todos os sindicatos da CGTP-IN, nos sectores público e privado. Neste processo de regularização dos trabalhadores com vínculos precários na AP, o entendimento que sempre temos tido é que a cada posto de trabalho ocupado em permanência pelo trabalhador, deve corresponder um lugar no mapa de pessoal. Este procedimento que agora se iniciou na AP Central e no Sector Empresarial do Estado (SEE), será alargado às AP Regional e Local, com as devidas adaptações.

A primeira fase do processo, que passava pela candidatura individual dos trabalhadores precários, através de entrega de uma inscrição, terminou a 30 de Junho, com resultados contraditórios, pois apareceram menos candidaturas face ao previsto. A FCSAP, sempre se mostrou contra esta inscrição individual, devido aos constrangimentos que se colocam a estes trabalhadores. Os serviços têm o dever de apresentar as listagens com todos os contratos precários que existem na sua tutela, às Comissões de Avaliação Bipartidas (CAB).

A constituição e o funcionamento das CAB têm sido outro foco de discórdia. Quanto à constituição, apesar do governo, por insistência da FCSAP ter retirado o voto de qualidade à presidência de cada comissão, mantém-se a maioria de

elementos do governo e dos serviços, em relação aos sindicatos. Os representantes dos sindicatos da FCSAP têm-se debatido com falta de informação dos processos a analisar, só podendo ser consultados nos respectivos ministérios, apesar do governo se refugiar na protecção dos dados pessoais.

Resta pois aos sindicatos estarem atentos, e procurarem informação sobre todas as situações de precariedade para que possam denunciar aquelas que não vierem a ser consideradas pelas CAB.

O Governo abdicou do prazo de três anos com contratos precários, para os trabalhadores poderem ser oponentes aos concursos limitados que vão suceder, após o processo de identificação das CAB. Esta foi a reivindicação desde o início da FCSAP. Salientamos o facto dos trabalhadores com Contracto de Emprego de Inserção (CEI), se poderem candidatar a este programa. Outro ponto positivo, é o tempo prestado com vínculo precário, contando agora para o desenvolvimento da carreira e respectivo posicionamento remuneratório.

No caso das Autarquias, haverá ligeiras diferenças na aplicação do PREVPAP, desde logo, a não existência de CAB. Até Outubro deste ano as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, devem fazer os levantamentos das situações de precariedade que possuem, de forma a contemplarem nos mapas de pessoal as vagas necessárias. O STML estará atento a todo o processo, lançando desde já o desafio a todos os que se encontrem nessa situação, que nos dêem conhecimento da mesma para melhor intervirmos.

Por último, a SEAEP informou ainda que o governo pretende discutir durante o mês de Julho o descongelamento das posições remuneratórias na AP.



Aumentar a mobilização para melhorar as condições de aposentação

Na reunião da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) realizada no dia 27 de Junho de 2017, o Governo apresentou uma proposta de revisão do regime de reformas antecipadas por flexibilização, a partir dos 60 anos de idade e 40 anos de carreira. Não acrescentando muito ao que já era conhecido, importa, contudo, ter presente:

1. O Governo assume que, em Outubro deste ano, elaborará legislação com vista a assegurar:
A passagem à reforma, sem qualquer penalização, dos trabalhadores com 48 anos de carreira contributiva, desde que tenham 60 anos ou mais anos de idade;
Os trabalhadores que iniciaram os descontos para a Segurança Social antes dos 15 anos de idade e que tenham 46 anos de contribuições, podem solicitar a antecipação da reforma, sem qualquer penalização;
2. Por proposta da CGTP-IN, o Ministro do Trabalho admitiu eliminar a penalização aos reformados por invalidez, até ao final do ano. Relembramos que estes aposentados são actualmente penalizados com o factor de sustentabilidade a partir do momento em que atingem os 65 anos. Já no que respeita aos desempregados de longa duração, o Governo optou por não responder à exigência do fim da penalização destes trabalhadores, defendida pela CGTP-IN. Esta é uma reivindicação que não abdicamos e que tem de ter resposta positiva.
3. O Governo assumiu que vai abrir um processo de discussão sobre as reformas, com os Sindicatos dos trabalhadores da Administração Pública, de acordo com um calendário de discussão a acertar oportunamente;
4. Relativamente ao fim da penalização de 6% ao ano e à possibilidade dos trabalhadores com 40 anos de contribuições

acederem à reforma sem diminuição do valor da pensão, o Governo continua, teimosamente, a recusar dar sequência a esta nossa proposta. Para o efeito, recorreu a uma projecção com vista a apresentar um cenário negro sobre o futuro da Segurança Social, baseada na manutenção do modelo de baixos salários e trabalho precário. Esta posição não faz sentido e é contraditória com a promessa do Governo de atacar este modelo de relações de trabalho.

A CGTP-IN reafirma que é possível assegurar a passagem destes trabalhadores à reforma sem qualquer penalização desde que se articule esta medida com outras, como a criação de emprego seguro e com direitos, o aumento geral dos salários e a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, nomeadamente através do Valor Acrescentado Líquido (VAL). A concretização destas medidas contribuirão decisivamente para aumentar as receitas e dar uma maior sustentabilidade financeira à Segurança Social, susceptível de responder às necessidades dos actuais aposentados e assegurar, no futuro, reformas dignas às diversas gerações de trabalhadores.

5. A importância destas questões justifica e exige uma forte intervenção de todo o Movimento Sindical Unitário. Tal facto implica valorizar o que até agora foi conseguido e exigir resposta positiva às propostas da CGTP-IN que até ao momento não foram consideradas. Este é um processo que não está fechado, razão pela qual é necessário aprofundar a ligação aos trabalhadores, informando, auscultando, organizando e mobilizando para a luta pela melhoria das condições de aposentação e a defesa da sustentabilidade financeira da Segurança Social.



No passado dia 3 de Junho efectuou-se uma dupla manifestação da CGTP-IN, tanto em Lisboa, da rotunda do Marquês de Pombal, descendo a Avenida da Liberdade até aos Restauradores e no Porto, da Praça do Campo 24 de Agosto para a Estação de São Bento.

Acções de luta que expressaram o descontentamento dos trabalhadores, e dos mais jovens em particular, cujo denominador comum é hoje a chaga do desemprego, da precariedade e dos baixos salários.

O governo insiste em manter o 'actual estado de coisas', não assumindo medidas legislativas consequentes, demonstrando uma inércia política que contribuiu para o agravamento da condição económica e social dos jovens trabalhadores, provocando uma instabilidade permanente à vista de todos. Quem não é um trabalhador com vínculo precário, conhece seguramente no seio dos seus familiares, amigos ou conhecidos, alguém que o é. A precariedade tornou-se assim um problema transversal à nossa sociedade.

Mas o cenário não é inevitável! Podemos trabalhar e lutar para mudar esta famigerada realidade! Exemplo disso mesmo, é a subida do salário mínimo nacional (SMN) para os 557,00€, continuando a luta para alcançar os 600,00€. O aumento do SMN é um ponto de partida incontornável para a subida generalizada de todos os salários, daí a sua importância.

Podemos e devemos continuar a luta que exige que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo efectivo de trabalho. É pertinente relembrar que os trabalhadores com vínculo precário recebem menos 30% a 40% do vencimento de um trabalhador efetivo.

Quando a luta é determinada, os resultados são visíveis e consequentes. Exclusivamente pela luta, foi possível a integração de 72 trabalhadores no quadro de pessoal do 'El Corte Inglés'. O mesmo se passou na 'DHL' com a integração de mais 77 trabalhadores. Na 'SONAE', foram mais 100 trabalhadores. Na 'Bosch', outros 100 trabalhadores. Na 'Petrogal', mais 60 trabalhadores e na 'Algar' outros 60 trabalhadores.

Não menos importante, foi a integração no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa de 256 trabalhadores depois de quase 3 anos de burocracias concursais. Cantoneiros que viram a sua situação finalmente regularizada, depois da luta travada pelo STML (em 2014) que obrigou a autarquia a contratar pessoal, face a um sector profundamente depauperado, o da limpeza urbana, actualmente parecendo enfrentar uma vez mais o mesmo problema de falta de pessoal.

Por último, relembramos que de 28 a 30 de Julho realiza-se o Acampamento pela Paz em Évora organizado pelo Comité Nacional Preparatório. Espera-se muito convívio, desporto, concertos e debates, com muita alegria e animação.

Remuneração dos trabalhadores portugueses diminui face à Europa e pequeno ganho é “engolido” pelos impostos



Estudo do economista Eugénio Rosa, deixa à mostra que, entre 2010 e 2015, o “ganho médio em Portugal caiu em relação ao ganho médio da UE”. Na CGD, por outro lado, verifica que a administração teve direito a aumentos de 82%. São os mesmos gestores do banco público que, entretanto, querem “congelar os salários dos trabalhadores da CGD”. No panorama geral das condições remuneratórias em Portugal, conclui-se então que, em vez de convergir, se divergiu fortemente da média europeia. O aumento tímido do ganho médio bruto, ainda por cima, acabou por ser “engolido” pelo colossal aumento de impostos.

Eugénio Rosa tem procurado, ao longo dos anos, analisar os problemas económicos numa perspectiva diferente da habitual: a dos interesses dos trabalhadores. Neste estudo, com base nos dados do Eurostat, analisou a variação do ganho médio bruto e líquido anual em Portugal, bem como o efeito do enorme aumento de impostos decidido pelo Governo PSD/CDS-PP.

Segundo os dados apresentados, entre 2010 e 2015, o ganho médio bruto anual nacional aumentou €738, enquanto na UE o aumento foi de €4.939. Ou seja, este último foi 6,7 vezes mais do que o português. Além de que o pequeno aumento registado em Portugal foi absorvido pelo enorme aumento de impostos, não sendo suficiente para compensar a subida do IRS.

Ainda de acordo com o estudo em questão, verificou-se, no mesmo período, uma diminuição do ganho médio líquido anual (valor após descontos), que passou de €13.158 para apenas €12.390. Uma das razões avançadas para esta quebra foi a decisão do Governo PSD/CDS que permitiu o aumento em 48,9% (mais €981) da taxa sobre os ganhos dos portugueses.

O colossal aumento de impostos, conforme é salientado, apenas foi revertido em 22%. Isto com a eliminação da sobretaxa de IRS. O economista observa então que, apesar dos “elogios” de entidades estrangeiras e de responsáveis nacionais, quando comparada com a UE a 28 países, a realidade mostra que o ganho médio da esmagadora maioria dos portugueses diminuiu. Sendo que a maior parte dessa perda ainda não foi sequer repostada.

Se a “dura” realidade nacional passa por aumentos mínimos ou mesmo por nenhum aumento nos ganhos dos trabalhadores, Eugénio Rosa, lembrando a volumosa recapitalização da CGD, feita com o dinheiro dos contribuintes, chama igualmente a atenção para a situação insólita que ocorre no banco público, onde os novos membros dos conselhos de administração (CA) e de fiscalização tiveram aumentos nas suas remunerações entre 79,6% e 166,9%.



23 de Maio Tribuna Pública em Lisboa – Praça Paiva Couceiro

Esta iniciativa teve por objectivo dar a conhecer aos reformados, aos que estão próximos da reforma e à população em geral, as reivindicações da Inter-Reformados/CGTP-IN. Contou com a presença de muitos reformados de sindicatos da região de Lisboa, entre os quais, vários elementos em representação da Comissão de Reformados do STML. Intervieram ex-dirigentes da CGTP/IN, agora reformados, mas também dirigentes sindicais no activo e trabalhadores com longas carreiras contributivas, que começaram a trabalhar ainda crianças e cujo direito à reforma com uma pensão decente, tarda em ser concretizado.

25 de Maio Visita guiada ao Palácio Nacional da Ajuda

Organizada pela Comissão de Reformados do STML, esta visita realizada a 25 de Maio, reuniu 19 aposentados. Guiados pela incansável Maria José Tiroa, percorreram durante mais de duas horas, as numerosas dependências deste palácio construído na primeira metade do século XIX, que foi residência oficial da família real desde o reinado de D. Luís I (1861-1889) até ao final da Monarquia (1910).

De entre o mobiliário, as tapeçarias e as pinturas alegóricas dos tectos, pudemos apreciar interessantes detalhes do parquet, dos lustres, dos relógios, da seda bordada a fio de prata que reveste as paredes de muitas das salas e principalmente as características que diferenciam este palácio dos outros, mercê do toque da rainha D. Maria Pia.

Casas de banho dotadas de água corrente, sala de jantar para as refeições diárias e zonas de lazer – espaços mais íntimos e resguardados no piso térreo – contribuíram para transformá-lo numa requintada casa de família.

3 de Junho Manifestação no Dia Nacional de Luta da CGTP/IN “Unidos pela valorização do trabalho e dos trabalhadores”

Também aqui os reformados do STML se fizeram representar, juntos com o nosso sindicato e exibindo o pano que continua a reivindicar um aumento real de pensões, exigência que está longe de ser satisfeita. Da resolução aprovada, destacamos os aspectos mais relacionados com os reformados e suas pensões:

- Pela valorização das pensões de reforma, do subsídio de desemprego e outros apoios sociais;
- Pela revogação das medidas relativas ao aumento da idade de reforma e pela reposição da idade de acesso legal à reforma para os 65 anos;
- Pelo fim dos factores de penalização das longas carreiras contributivas e pela defesa de um regime de antecipação da idade legal da reforma, voluntário para os trabalhadores, que tenha como base a duração da carreira contributiva igual ou superior a 40 anos, independentemente da idade e sem penalização.

21 de Junho Inter-Reformados solidária com a população vítima dos incêndios

A Direcção Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN, através da sua Comissão Permanente, reunida a 21 de Junho, em Lisboa, manifesta a sua solidariedade com a população dos concelhos afetados pelos incêndios e, apresenta as condolências às famílias das vítimas.

A Inter-Reformados valoriza também o trabalho desenvolvido pelos nossos bombeiros que com grande coragem e abnegação, lutaram para superar esta catástrofe, pondo em risco a sua própria vida.



Governo rejeita aumentos e “confunde-os” com descongelamento de carreiras

Tal como expusemos na edição passada do nosso jornal, o Governo de António Costa, ao aprovar e enviar a Bruxelas o Programa de Estabilidade 2017/2021, impõe um novo ataque aos rendimentos dos trabalhadores das administrações públicas. Porém, usa como cosmética o tão propalado “descongelamento faseado de carreiras”.

Trata-se de um enorme embuste dizer-se que, em 2018, o Governo irá promover aumentos nos salários dos trabalhadores das administrações públicas. Mário Centeno e o seu gabinete têm trabalhado nos últimos meses para fazer crer aos portugueses que vem aí o fim de quase uma década em que os salários dos trabalhadores foram atacados de uma forma sem precedentes.

Para isso, o Ministro das Finanças começa por “confundir” o descongelamento faseado das carreiras com os aumentos nos salários dos trabalhadores (aliás, importa referir que o próprio Ministério das Finanças impôs um tecto de 200 milhões de euros ao ano para todos os sectores sobre tutela ministerial, incluindo a administração local e o sector empresarial municipal). Centeno vende a ilusão de que o ajustamento salarial decorrente do descongelamento é o mesmo que aplicar um aumento, algo a que os trabalhadores das diversas administrações públicas não têm desde 2009.

Em primeiro lugar, o descongelamento de carreiras não afectará no imediato todos os trabalhadores, uma vez que as progressões decorrem de duas situações possíveis, segundo a lei em vigor: as obrigatórias, destinadas aos funcionários que acumulam dez pontos na sua avaliação de desempenho; e as facultativas que, embora ligadas à avaliação, são sujeitas a

quotas, e só podem ocorrer se o dirigente orientar o orçamento do serviço para esse fim. Tanto num caso como no outro, traduzem-se efectivamente em alterações de posicionamento remuneratório, ou seja, em mais salário. Mas, como se demonstra, não pode ser confundido com um aumento, mas sim como uma decorrência legal da qual só alguns trabalhadores beneficiarão.

Em segundo, ao estipular o referido tecto, bem como ao sublinhar que esse descongelamento será faseado, o Governo oculta de que forma irá desbloquear as progressões. Será que vai haver algum travão para impedir que haja um elevado número de trabalhadores nesta situação? É que embora este mecanismo esteja congelado, os trabalhadores continuam a acumular os pontos resultantes da sua avaliação e, em 2018, haverá certamente um elevado número que acumulou os pontos necessários à progressão obrigatória.

Como denunciou recentemente a Frente Comum, é lamentável que o Governo recuse promover uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores, enquanto há planos para gastar mais de 47,6 mil milhões de euros com o pagamento de juros da dívida pública do início da legislatura até 2021. Por isso mesmo, a CGTP-IN exige a actualização urgente dos salários e o descongelamento de todas as carreiras, para todos e ao mesmo tempo, de forma imediata.

Os trabalhadores das administrações públicas estão cansados desta constante perseguição e ostracismo. Por isso, exige-se uma mudança real de política e, para lá dos descongelamento das carreiras, um aumento de salário para todos os trabalhadores.



Pela independência e autonomia do Saara Ocidental

Realizou-se a 21 de Junho na Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, uma Sessão Pública de Solidariedade com o Povo Saarauí Ocidental promovida pela CGTP-IN, pelo Movimento Democrático das Mulheres (MDM) e pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

Esta iniciativa contou com a participação de vários intervenientes, entre os quais, Ahmed Fal, delegado representante da Frente Polisário em Portugal e o deputado europeu João Ferreira.

O antigo Saara foi colónia de Espanha, dividido posteriormente em dois territórios. A zona oriental ficou sob a jurisdição do Reino de Marrocos e a região ocidental, sob a alçada da Mauritânia que acabaria por se retirar deixando o território nas mãos do seu povo autóctone e legítimo, o povo saarauí. As Nações Unidas, reconheceram o direito inalienável do povo Saarauí ao seu território e à autodeterminação, legitimamente representando pela Frente Polisário.

Com uma extensa e riquíssima zona marítima, além de recursos naturais muito cobiçados como o petróleo, o Saara Ocidental foi invadido por Marrocos em 1975. Em 27 de Fevereiro de 1976, a Frente Polisário declarou o Saara Ocidental, estado livre da República Árabe Saarauí Democrática (RASD).

A ocupação ilegal de Marrocos, que dura há mais de quatro décadas, tem levado a cabo uma violenta ofensiva militar, instaurando um clima de terror contra o povo saarauí, negando os mais elementares direitos, perseguindo, aprisionando e torturando aqueles que lutam pela liberdade contra a opressão marroquina. Vários activistas políticos e sindicalistas sofreram as agruras da prisão e tortura e alguns foram assassinados. Organizações portuguesas em solidariedade com o povo saarauí, reafirmaram a urgência da ONU intervir no terreno para acabar com esta ocupação ilegal do Saara Ocidental, a libertação de todos os presos políticos das prisões marroquinas, a reposição e respeito pelos direitos humanos e o legítimo direito do povo saarauí à autodeterminação. Subscreveram um abaixo-assinado que denuncia:

O acordo de Parceria que permite a exploração petrolífera de empresas marroquinas em território saarauí que actua em convivência com a União Europeia, acordo este considerado ilegal pelo Tribunal de Justiça em Dezembro de 2015.

Considerando que o governo português deve assumir uma clara posição, exigindo o cumprimento das resoluções tomadas pela ONU contra as agressões de Marrocos contra o Saara Ocidental.

O STML associa-se solidariamente ao movimento que exige a libertação deste povo, há décadas sob o jugo da opressão.